


Psicodinâmica do Trabalho: um estudo sobre o prazer e o sofrimento no trabalho docente na Universidade Óscar Ribas


Psychodynamics of Work: a study on pleasure and suffering in teaching work at Universidade Óscar Ribas

Liliana Pena^a

 <https://orcid.org/0000-0002-9310-9421>

E-mail: lilianapena@portugalmail.com

Paula Remoaldo^{a,b}

 <https://orcid.org/0000-0002-9445-5465>

E-mail: premoaldo@geografia.uminho.pt

^aUniversidade do Minho. Laboratório de Paisagens, Património e Território. Braga, Portugal.

^bUniversidade do Minho. Departamento de Geografia. Guimarães, Portugal.

Resumo

Este artigo tem por base uma investigação realizada entre novembro de 2013 e janeiro de 2017, na Universidade do Minho (Portugal), sobre os docentes da Universidade Óscar Ribas (UOR) (Angola). Foi alicerçado num referencial teórico, a Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, e teve como objetivos analisar os sintomas biopsicossociais e os sentimentos de prazer e/ou de sofrimento relacionados com o trabalho docente. Foi utilizada a metodologia quantitativa, que teve por base a aplicação de um questionário e duas escalas a 56 docentes da UOR. Verificou-se um nível moderado de prazer em 54% dos docentes e um nível moderado de sofrimento em 41% dos docentes inquiridos, o que revela o uso de estratégias defensivas, de forma a subverter o sofrimento gerado pelo trabalho. A identificação com as tarefas, a liberdade para falar no trabalho e a solidariedade entre colegas *são os principais reveladores* de prazer. Por outro lado, o estresse, o desgaste, os sentimentos de insatisfação, de injustiça, de indignação e esgotamento emocional, revelaram ser os principais indicadores de sofrimento. Os principais sintomas assinalados foram: físicos (alterações de sono, dores de cabeça e dores no corpo); sociais (dificuldades no relacionamento familiar e o desinteresse pelas pessoas); e psíquicos (irritabilidade e tristeza). Constatou-se ainda que os docentes de nacionalidade angolana são os que exibem melhores resultados gerais em termos de prazer, menos sofrimento e menos sintomatologia relacionada com o trabalho. **Palavras-chave:** Prazer; Sofrimento; Psicodinâmica; Trabalho; Docência; Professores Universitários.

Correspondência

Liliana Pena

Universidade do Minho. Campus de Azurém. Guimarães, Portugal.
CEP 4800-058.

Abstract

This paper is based on an investigation carried out between November 2013 and January 2017, at University of Minho (Portugal), on the professors of Óscar Ribas University (UOR) (Angola). The article was based on a theoretical reference: the Psychodynamics of Work, of Christophe Dejours, and had as objectives to analyze the biopsychosocial symptoms and the feelings of pleasure or suffering related to teaching. A quantitative methodology was used, which was based on the application of a questionnaire and two scales to 56 professors from UOR. There was a moderate level of pleasure in 54% of the professors and a moderate level of suffering in 41%, which reveals the use of defensive strategies in order to subvert the suffering generated by work. Identification with tasks, freedom to talk at work and the solidarity among colleagues are the main revealers of pleasure; on the other hand, stress, weariness, feelings of dissatisfaction, injustice, indignation and emotional exhaustion prove to be the main indicators of suffering. The main symptoms are: physical (sleep disorders, headaches and pains in the body); socials (difficulties in family relationships and lack of interest in people); and psychic (irritability and sadness). It was also found that professors of Angolan nationality are those who exhibit better overall results in pleasure, less suffering and less work-related symptoms.

Keywords: Pleasure; Suffering; Psychodynamics; Work; Teaching; University Professors.

Introdução

A Psicodinâmica do Trabalho tem as suas raízes históricas nos anos de 1950, tendo emergido de um movimento denominado Psicopatologia do Trabalho, liderado por psiquiatras franceses. Tal aconteceu a par das transformações sociais impostas pela Segunda Guerra Mundial, que conduziram a mudanças no mundo do trabalho, como a crescente modernização da indústria e as exigências de (re)adaptação ao sistema produtivo. A Psicopatologia do Trabalho surgiu com o foco na análise dos processos psíquicos que os trabalhadores empregam na confrontação com a sua realidade de trabalho, ou seja, debruçando-se sobre o papel do trabalho na gênese da doença mental (Dejours; Abdoucheli, 1994).

Nos finais dos anos de 1980, Christophe Dejours publicou a obra *Travail, usure mentale: essai de psychopathologie du travail*, na qual discute os efeitos do trabalho na saúde mental e descentraliza o foco antes colocado na patologia para se centrar no estudo da normalidade e no tratamento de doenças mentais. Também demonstrou a necessidade de compreender como os trabalhadores (no seu coletivo e não no nível individual) mantêm e alcançam um certo equilíbrio psíquico, mesmo quando submetidos a condições de trabalho desestruturantes (Athayde, 2005). Deste modo, a Psicopatologia do Trabalho recebeu a nova denominação de “Psicodinâmica do Trabalho”, abrindo, assim, um novo campo de pesquisa que aborda, além do sofrimento, o prazer no trabalho e a sua organização. A Psicodinâmica do Trabalho tem por objeto a análise da vivência subjetiva de prazer, de sofrimento e das estratégias de mediação (defensivas) do sofrimento utilizadas face à organização do trabalho (Azevedo; Lobo, 2013).

Neste artigo, propomo-nos analisar os sintomas biopsicossociais e os sentimentos de prazer e/ou de sofrimento relacionados com o trabalho docente. Para tal, foi utilizada uma abordagem quantitativa, através da aplicação de duas escalas: Escala de Sintomas Relacionados com o Trabalho (ESRT), a qual nos permite colher informação sobre sintomas (físicos, psíquicos e sociais) relacionados com o trabalho; e uma

Escala de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EPST), que possibilita esclarecer as vivências e os sentimentos de prazer e de sofrimento gerados pelo trabalho que os docentes realizam.

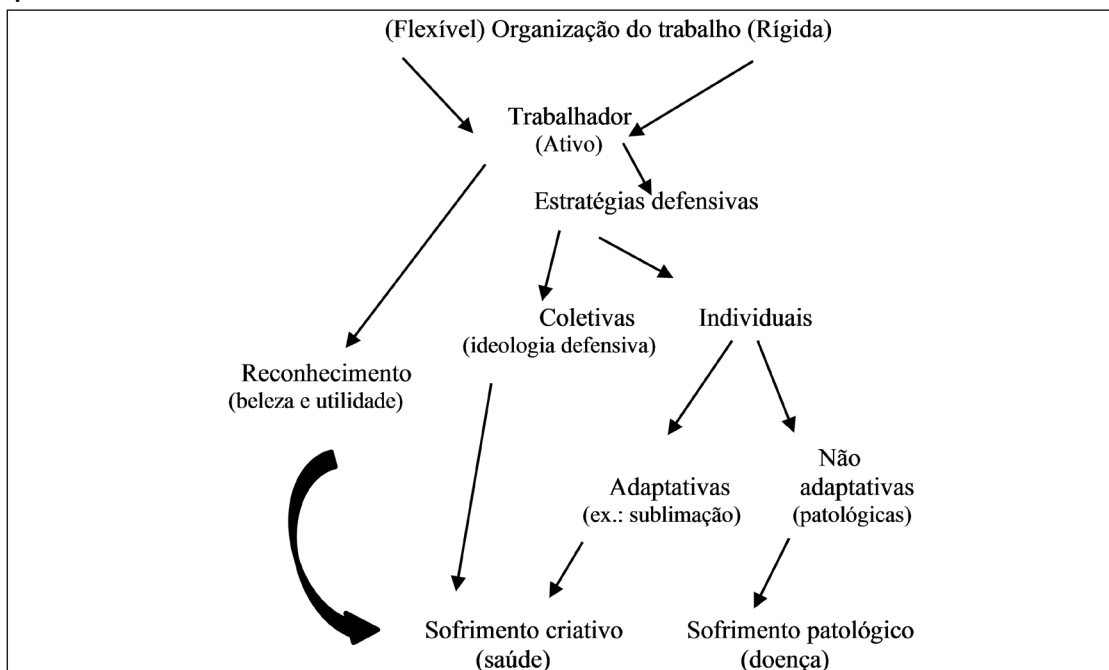
Este artigo encontra-se estruturado em cinco secções. A primeira intitulada “Introdução” trata do enquadramento teórico salientando os binómios da psicodinâmica do trabalho e da docência em Luanda. Continua-se com o elucidar da metodologia utilizada, a caracterização dos participantes na inquirição realizada e a descrição dos instrumentos e dos procedimentos utilizados. Na secção 3, apresentam-se os resultados alcançados, enquanto na secção seguinte se procede à sua discussão. Finaliza-se o artigo com as conclusões desta pesquisa, as suas limitações e sugestões futuras. Concluiu-se que o grupo de docentes que participaram nesta pesquisa revelam níveis moderados de prazer e de sofrimento

relacionados com o trabalho que realizam, o que significa que estão a empregar estratégias defensivas.

Binómios da psicodinâmica do trabalho

Os trabalhadores não são sujeitos passivos relativamente à organização do trabalho. São ativos do ponto de vista externo e interno, no sentido em que mobilizam estratégias (defensivas) para enfrentar as situações que colocam em risco a sua integridade. São capazes de, individual e/ou coletivamente, criarem estratégias adaptativas e criativas que lhes permitem lidar com o sofrimento, reesignificando-o ou transformando-o ativamente em prazer e realização pessoal. Observemos a Figura 1, que representa a perspetiva da Psicodinâmica do Trabalho, sobre a postura do trabalhador face às pressões exercidas pela sua organização de trabalho.

Figura 1 – Perspetiva da Psicodinâmica do Trabalho sobre a postura do trabalhador face ao tipo de organização em que trabalha



Fonte: Baseada na Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours (2012)

Rocha e Cardoso (2009) afirmam que dentre o leque das estratégias defensivas individuais, a sublimação é a mais usada, por ser uma via alternativa e viável à manutenção do equilíbrio psíquico face ao sofrimento no trabalho.

As estratégias coletivas de defesa traduzem um conjunto de normas e acordos entre os trabalhadores (em coletivo e por consenso) que são essenciais para combater o sofrimento gerado pela organização de trabalho, ou seja, o que o próprio trabalhador,

por si só, não conseguiria (Oliveira, 2001). Essas estratégias coletivas constituem a ideologia defensiva, um programa coletivo de ação e forma de adaptação desenvolvida pelos trabalhadores, que se unem, atenuando o sofrimento das pressões da organização do trabalho (Dejours; Abdoucheli, 1994).

Na conceitualização do termo “trabalho”, Dejours (1993) faz a distinção entre condições de trabalho e organização do trabalho. Por condições de trabalho, entende-se as características relacionadas com o conteúdo ergonômico do trabalho (exigências físicas, químicas, biológicas, condições de higiene e de segurança) e as características antropométricas do posto de trabalho, que se repercutem sobre as condições físicas do trabalhador. Os estudos de Bellusci e Fischer (1999), e mais tarde os de Odebrecht (2003), demonstraram a relação existente entre as condições de trabalho e o envelhecimento funcional.

Constata-se que as condições de trabalho afetam o corpo do trabalhador (a sua componente física). Contudo, a organização do trabalho exerce maior influência ou pressão sobre o aparelho psíquico (Azevedo; Lobo, 2013), por comportar o conteúdo significativo do trabalho. Dejours e Abdoucheli (1994) subdividiram a organização do trabalho em dois grandes aspetos: a “divisão do trabalho” e a “divisão de homens”. A primeira compreende a divisão de tarefas entre os operadores, ritmo e o modo operatório prescrito, o que confere sentido e interesse ao trabalho para o sujeito. A segunda diz respeito à partilha de responsabilidades, hierarquia, comando e controlo, o que incita, sobretudo, as relações interpessoais, mobilizando o investimento afetivo (ex.: amor, ódio, amizade, solidariedade ou confiança).

Vários autores salientam o papel do reconhecimento como indicador de prazer no trabalho, por constituir uma recompensa ou retribuição simbólica e por fortalecer a identidade psicológica e social (Areosa, 2013; Dejours, 2009). Existem dois tipos de reconhecimento: por um lado, aquele que advém dos superiores hierárquicos ou chefias, apelidado de julgamento de “utilidade”; e, por outro, o reconhecimento por parte dos colegas, denominado de julgamento de “beleza” (Dejours, 2012; Dejours; Abdoucheli, 1994).

Do binómio prazer/sofrimento, destacam-se como indicadores de prazer no trabalho a realização

profissional e a liberdade de expressão, que permitem ao trabalhador conservar a sua saúde e integridade psíquica. Paralelamente, os indicadores de sofrimento, como o esgotamento emocional e a falta de reconhecimento, são geradores de doença, de descompensação psicossomática e psíquica (Ferreira; Mendes, 2003; Mendes, 2007a, 2013). O sofrimento traduz a luta do sujeito contra pressões e forças (oriundas da organização do trabalho) que o empurram na direção da doença, da desestabilização psíquica e somática (Dejours; Abdoucheli, 1994).

Dejours (1993) distingue duas formas distintas de sofrimento: o criativo, no qual o sujeito produz estratégias e soluções adaptativas, de modo a manter a sua saúde diante das pressões do trabalho; e o patológico, no qual o sujeito faz escolhas prejudiciais para a sua saúde e vida (por exemplo, o consumo de drogas e/ou bebidas alcoólicas, chegando a um extremo como as tentativas de suicídio em ambiente laboral).

O sofrimento apresenta-se, assim, como uma resistência interativa entre o psiquismo do trabalhador e a organização do trabalho, adquirindo o significado de patológico quando não é exteriorizado através da liberdade de expressão no local de trabalho, e assim, compreendido ou reconhecido pelo coletivo. Desse modo, o sofrimento não é resignificado em prazer (Mendes, 2013).

Docência em Luanda (Angola)

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho desencadearam mudanças sociais e tecnológicas a nível global, que exigem a adaptação de todas as realidades de trabalho. Os professores universitários não são exceção. Verifica-se que a par da intensificação da economia foi intensificado o trabalho dos professores, uma vez que laboram em instituições que assumem as suposições ditadas pela economia de mercado. A este respeito, Chauí (2003) destaca que as universidades são perspectivadas como sociedades de conhecimento, em que a produção científica é exigida e a elevada velocidade, deixando de serem consideradas instituições educativo-sociais para serem percebidas como organizações regidas por contratos de gestão e avaliadas mediante índices de produção. Esta realidade é semelhante à que se observa em Angola, onde na última década se assistiu

à proliferação de universidades privadas. Muitos dos promotores que financiam (sem investimento estatal) as instituições de ensino superior (IES) privadas veem no ensino uma fonte de receita. Observam a universidade do ponto de vista do lucro e não sob o ponto de vista educativo, pelo que é comum ouvir-se que para a maioria dos promotores a universidade é a sua “fábrica de fazer dinheiro”. São fortemente orientados para a obtenção de lucro e retorno dos seus investimentos (Katúmua, 2016) através do aumento do número de vagas, de cursos e de turmas sem autorização do órgão de tutela (Angola, 2012). Neste cenário, a educação, que deveria ser concebida como um direito - patente no Artigo 79 da Constituição de Angola (Angola, 2010) -, na realidade passa a ser um serviço privatizado, transformando-se em mercadoria, sendo o conhecimento a moeda de troca (Perez, 2012). A essência da universidade também se altera, tornando-se uma empresa, uma organização, despida da sua missão de prestar um serviço educacional, para ter no seu âmago o lucro como objetivo (Nogueira; Oliveira, 2015).

Em Angola, a missão da universidade encontra-se submetida ou inculcada nos objetivos do ensino superior, o qual está subordinado ao órgão tutelar do Estado, o Ministério do Ensino Superior. O Estado angolano exerce papel regulador e avaliador do subsistema de ensino superior (Manuel, 2013; Mendes, 2013a, 2013b). Constata-se que o Estado angolano assume a responsabilidade de definir e orientar a execução da política nacional para o ensino superior - art. 12 do Decreto nº 90/09 (Angola, 2009) - e este papel na gestão do subsistema do ensino superior estende-se à avaliação institucional, o que traduz um aumento do poder estatal na regulação do ensino superior e da interferência na gestão da avaliação.

Neste contexto, a educação superior pode ser considerada uma estratégia política com vista ao desenvolvimento económico, passando, primeiro, pelo empoderamento dos indivíduos, “peças” fundamentais para a participação e cidadania ativa, promovendo o crescimento do país e da economia moderna (Maués, 2009). Deste modo, o professor universitário deve contribuir com o seu saber científico, pedagógico, tecnológico, cultural e político para a formação e preparação de profissionais capazes de contribuir e impulsionar o

desenvolvimento do país. Katúmua (2016) menciona que a atuação das IES públicas visa o cumprimento de ditames políticos, adotando, por isso, um tipo de gestão que valoriza os números e os resultados, importando-se mais com o número de alunos que podem ser admitidos e formados anualmente, do que com a qualidade dos cursos ministrados.

O trabalho do professor universitário é árduo. Labora a um ritmo acelerado, com intensa concentração e com volume excessivo de trabalho e de grande responsabilidade, pois insere-se num setor produtivo altamente competitivo e em permanente mudança (Delcor et al., 2004). Muitos docentes exercem as suas atividades em mais de uma IES, a fim de completarem o seu salário, e outros tantos não fazem da docência a sua atividade profissional principal (por vezes não se consideram sequer professores). Estes são, em Angola, apelidados de colaboradores ou em regime parcial, ou seja, o salário deste tipo de professores universitários é reduzido à hora-aula (Amorim, 2009; Chauí, 2003; Santos; Chaves; Guimarães-Losif, 2014; Silva, 2004). Esta é, aliás, uma estratégia organizacional, de precarização e flexibilização do trabalho, que objetiva a redução de custos (Silva; Mafra, 2014). Trata-se de reproduzir (valores intrínsecos ao capitalismo) no contexto educacional ou universitário o que ocorre no mercado de trabalho (Amorim, 2009).

Estes aspetos são analisados por vários autores angolanos, que observam a atuação do professor universitário no quadro geral do ensino superior em Angola, como caracterizado por aquilo que apelidam de “turbo-docência” ou “professores garimpeiros” (Manuel, 2013; Mendes, 2013a; Silva, 2004; Tomás, 2010). Ou seja, estes professores, dada a precariedade do seu trabalho e a instabilidade da contratação (contratos de trabalho temporários, ou regime parcial), que não vinculam o profissional à instituição (Santos; Chaves; Guimarães-Losif, 2014), têm a necessidade de exercer atividade em duas ou mais IES, com múltiplas tarefas e exigências. Isso tem, inevitavelmente, implicações para a saúde e leva os professores a experienciarem situações paradoxais de bem-estar/prazer e sofrimento no trabalho (Gradella Júnior, 2010; Vilela, 2010). As vivências de prazer e bem-estar são possibilitadas pela produção de conhecimento, pelas relações

afetivas e reconhecimento profissional (chefes, colegas e alunos), o que proporciona sentimentos de realização e de liberdade. As vivências de sofrimento surgem relacionadas com a precarização das condições e das relações de trabalho (Mendes, 2007b).

A intensificação e a precarização do trabalho docente originam sentimentos de desinteresse profissional e, ainda, motiva o aparecimento de algumas doenças, que denotam o sofrimento psíquico (como depressão, angústia e *burnout*) e o sofrimento físico (perda de voz, dores de cabeça, dores nas costas e nas pernas, úlceras gástricas e hipertensão). Pode também chegar a distúrbios neurológicos (como esquecimento e troca de palavras, enxaqueca, insónia e estresse) (Maués, 2009; Morales; Martins; Costa, 2011), ao desejo do abandono emocional ou real da profissão, a pedidos de licença médica e a outras desculpas que permitam enfrentar o ritmo e o volume de trabalho, bem como ao desejo da aposentação (Silva; Mafra, 2014).

Morales, Martins e Costa (2011) mencionam que, para fazer face ao ritmo e volume excessivo de trabalho, os professores universitários angolanos utilizam como estratégia defensiva os pedidos de licença médica. Gasparini, Barreto e Assunção (2005) assinalam que o afastamento dos professores por atestado ou licença médica está imbuído de quatro motivos fundamentais: as queixas e o diagnóstico de doença do foro psiquiátrico, as doenças respiratórias, as doenças osteoarticulares e, por fim, as doenças do tecido conjuntivo. Outros autores indicam, ainda, como estratégia defensiva, a banalização do processo de ensino e a amplificação do tempo de intervalo como fuga ou “momento para respirar” e afastar-se das atividades do contexto educativo (Santos, 2006).

As alterações que têm ocorrido no mundo do trabalho afetam o ser humano na sua totalidade, o que constitui um desafio e uma exigência de formação contínua, de aprimoramento de competências científico-pedagógicas e melhoria do desempenho dos docentes em geral e dos professores universitários em particular, dada a importância das componentes de extensão universitária associadas à produção científica. Este último aspeto é parte fundamental do trabalho do professor universitário, que é um trabalho intelectual, de pesquisa, de produção de conhecimentos, que podem e devem ser

divulgados sob a forma de artigos em periódicos ou livros (Cassandre, 2011; Mann, 2012; Silva; Mafra, 2014; Vilela, 2010). Portanto, a forma como está organizado o trabalho docente corresponde a uma pressão exercida sobre a saúde mental, favorecendo a descompensação psíquica e a necessidade de afastamento por licença médica (Pena, 2017).

Procedimentos metodológicos

Este artigo tem por base uma investigação mais alargada, alicerçada em três referenciais teóricos e uma metodologia mista para recolha e análise dos resultados. Contudo, centramo-nos neste artigo apenas na abordagem quantitativa.

Participaram neste estudo 56 professores que lecionam na Universidade Óscar Ribas (UOR), sendo todos residentes em Luanda. A maioria (64%) era do sexo masculino e tinha entre 31 e 50 anos de idade (68%). A maioria também era de nacionalidade angolana (68%) e os restantes eram, maioritariamente, de nacionalidade portuguesa (20%) e cubana (7%). A maioria dos inquiridos era detentor de pós-graduação, mestrado ou doutoramento (57%) e 80% detinham até 15 anos de tempo de serviço, exercendo entre 4 e 16 horas letivas semanais (82%). A lecionação ocorria em turno de trabalho misto (70%), ou seja, em período diurno e noturno, e por docentes em regime de trabalho parcial (64%), ou seja, por docentes sem vínculo laboral à instituição. Verificou-se, ainda, que 64% realizavam outra atividade profissional.

A recolha da amostra decorreu entre 10 de maio e 20 de julho de 2016. Foi aplicado um questionário de dados sociodemográficos constituído por 17 questões. Utilizou-se a Escala de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EPST), que se divide em dois fatores (prazer e sofrimento), cada um deles constituído por dois indicadores: 14 itens de prazer (realização profissional e liberdade de expressão) e 11 de sofrimento (esgotamento emocional e falta de reconhecimento). Também foi usada a Escala de Sintomas Relacionados com o Trabalho (ESRT), composta por 32 itens, sendo 12 sobre sintomas físicos, 9 sobre sintomas sociais e 11 sobre sintomas psíquicos. Ambas as escalas eram de tipo Likert de cinco níveis.

Os instrumentos foram previamente testados mediante um pré-teste realizado no ISPI (Instituto Superior Politécnico Independente). Posteriormente, realizou-se a coleta da amostra na UOR. Foi assegurada a confidencialidade e cada participante assinou um termo de consentimento. Os inquéritos por questionário foram enviados através de correio eletrônico a cada professor, com o fim de serem preenchidos no local mais neutro possível (em suas casas). Os resultados das escalas e as variáveis (idade, gênero, nacionalidade, regime e turno de trabalho, carga horária e outra atividade profissional) foram analisados pelo software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 21.0. Considera-se que, para

as variáveis em que não se verifica uma associação, descrevem-se apenas as tendências observadas (os resíduos positivos - valores entre 0,1 e 2). As variáveis que apresentam resíduos iguais ou superiores ao valor 2 confirmam a existência de associação, pelo que será descrito o seu grau de significância (*p*).

Resultados

Os resultados obtidos com a aplicação da Escala de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EPST) são apresentados na Tabela 1, e os resultados gerados pela aplicação da Escala de Sintomas Relacionados com o Trabalho (ESRT) são expostos na Tabela 2.

Tabela 1 – Resultados sobre prazer, sofrimento e seus indicadores

Escala	Fatores			Indicadores					
	Prazer (%)			Realização profissional (%)			Liberdade de expressão (%)		
EPST	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo
	42,9	53,6	3,6	46,4	46,4	7,1	51,8	42,9	5,4
	Sofrimento (%)			Falta de reconhecimento (%)			Esgotamento emocional (%)		
	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo
8,9	41,1	50,0	5,4	35,7	58,9	10,7	46,4	42,9	
Total				n=56 (100%)					

EPST: Escala de Prazer e Sofrimento no Trabalho. Devido ao arredondamento efetuado até às décimas das percentagens previstas na Tabela 2, podem ocorrer totais de 99,9% e de 100,1%.

Através dos resultados expostos na Tabela 1, podemos verificar que a maioria dos docentes inquiridos (54%) manifestou níveis moderados de prazer no trabalho que realizava, 43% exibiram níveis altos de prazer, e apenas 4% revelaram baixo nível de prazer no trabalho. No que concerne aos indicadores de prazer, estes revelaram-se coerentes com o resultado geral em prazer, uma vez que os resultados nestes indicadores se situam entre os níveis moderado e alto, ou seja, 46% dos docentes revelaram sentir-se realizados profissionalmente e 52% manifestaram sentir liberdade de expressão no seu local de trabalho.

Quanto ao fator sofrimento, a Tabela 1 indica que 50% dos docentes inquiridos apresentaram baixos índices de sofrimento, e apenas 9% revelaram elevados níveis de sofrimento gerado pelo trabalho.

Os indicadores de sofrimento seguem esta tendência, uma vez que apenas 11% dos docentes apresentaram elevados níveis de esgotamento emocional, o que pode revelar que estes docentes estão em situação de sofrimento no trabalho. Por outro lado, a maioria dos inquiridos (59%) manifestou baixo nível na falta de reconhecimento, o que indica que se sentiam reconhecidos, e apenas uma pequena parte (5%) manifestou falta de reconhecimento no trabalho que realizava.

Na análise das medidas de tendência central (média e moda mais elevadas), comprovou-se que os principais itens indicadores de prazer são: a identificação com as tarefas, a liberdade para falar no trabalho e a solidariedade entre colegas, mas também o prazer e o orgulho na atividade realizada. Em relação ao sofrimento, este advém

principalmente do estresse e do desgaste que a profissão exige, mas também dos sentimentos de

injustiça, de indignação e do esgotamento emocional no trabalho e insatisfação.

Tabela 2 – Resultados sobre sintomas físicos, sociais e psíquicos

Escala	Sintomas								
	Físicos (%)			Sociais (%)			Psíquicos (%)		
ESRT	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo	Alto	Moderado	Baixo
	0	25,0	75,0	0	10,7	89,3	1,8	10,7	87,5
Total	n=56 (100%)								

ESRT: Escala de Sintomas Relacionados com o Trabalho.

Os resultados apresentados na Tabela 2 demonstram índices muito baixos de sintomatologia associada à atividade profissional nos docentes inquiridos, uma vez que 75% dos docentes apresentaram um baixo nível em sintomas físicos, 89% manifestaram um baixo nível em sintomas sociais e 88% apresentaram, também, um baixo nível em sintomas psíquicos. Nenhum dos participantes obteve elevados níveis de sintomatologia física e/ou social. Contudo, 2% manifestaram afetação psíquica devido à atividade docente.

As medidas de tendência central permitiram concluir que os principais sintomas físicos assinalados pelos docentes inquiridos são as alterações de sono, as dores de cabeça e as dores no corpo. Os sociais são as dificuldades no relacionamento familiar e o desinteresse pelas pessoas. Os psíquicos, por sua vez, são a irritabilidade com tudo e a tristeza.

Destacam-se, ainda, os seguintes resultados decorrentes da procura de associações entre as variáveis, mediante análises de correlação e também de tabulação cruzada: o prazer é mais elevado e o sofrimento é menor para a nacionalidade angolana ($p=0,05$) e para o género masculino ($p=0,04$); os docentes mais novos (dos 23 aos 30 anos) são os que manifestam menos sofrimento, menos esgotamento emocional e menos falta de reconhecimento. Todavia, são estes que revelam ter menos liberdade de expressão. Quanto à realização profissional, constata-se que é mais evidente entre 41 e 50 anos de idade e parece existir uma tendência para os docentes com menor carga horária semanal (entre 4 a 10 horas letivas) apresentarem maiores níveis

de prazer (1,1) e menores níveis de sofrimento (1,9). Os docentes que lecionam em apenas um turno (diurno ou noturno) tendem a manifestar maiores níveis de prazer e conseqüentemente menos sofrimento - diurno (0,9) e noturno ($p=0,04$) - gerado pelo trabalho que realizam. Comparativamente, o turno da noite é aquele que apresenta melhores resultados. O contrato ou regime de trabalho a tempo parcial (ou seja, o docente não tem vínculo à instituição e é apenas um colaborador) apresenta tendência para maiores níveis de prazer (0,9) e de liberdade de expressão (0,7) e menores níveis de sofrimento (0,6) e esgotamento emocional (0,4). Porém, são os docentes a tempo integral (a contrato ou a exercer cargos de gestão), que apresentam maiores níveis de realização profissional (0,2) e de reconhecimento (1,4). A falta de reconhecimento está patente nos docentes sem vínculo institucional, visto que também exercem outras atividades profissionais (de docência ou não). Apurou-se que os docentes de nacionalidade angolana ($p=0,05$), de género masculino, com idade entre 31 e 40 anos, com menor carga horária (entre 4 a 10 horas letivas semanais), a lecionar em apenas um turno de trabalho ($p=0,04$), a laborar em regime parcial e com outra atividade profissional além da lecionação na UOR são os que apresentam menos sintomas (físicos (1,2) sociais (1,9) e psíquicos ($p=0,003$)) relacionados com o trabalho que realizam. Também se verificou ser mais significativo o bom relacionamento com os colegas do que com as chefias, para que se experiencie mais prazer ($p=0,03$) e menos sofrimento ($p=0,02$) no trabalho.

Discussão

De acordo com a literatura sobre prazer e sofrimento no trabalho, Ferreira e Mendes (2003) indicam que: (1) elevados níveis de prazer e baixos níveis de sofrimento indicam a prevalência de sentimentos e vivências de prazer no trabalho; (2) baixos níveis de prazer e elevados níveis de sofrimento revelam a existência de sentimentos e vivências de sofrimento no trabalho; (3) resultados moderados nos dois fatores revelam que o inquirido está a fazer uso de estratégias defensivas para mediar o sofrimento gerado pelo trabalho.

Observa-se que, na amostra estudada, 43% dos docentes manifestaram níveis altos de prazer e 50% exibiram baixos níveis de sofrimento. Deste grupo de docentes, apurou-se que 36% manifestaram a combinação desses resultados na EPST e, portanto, experimentaram vivências e sentimentos de prazer no trabalho. No entanto, não podemos deixar de destacar que 54% dos docentes revelam níveis moderados de prazer e 41% obtiveram uma avaliação moderada em sofrimento, o que significa que estão a fazer uso de estratégias defensivas para enfrentar o sofrimento gerado pelo trabalho que realizam. Fazem-no por via da sublimação ou de outras estratégias individuais ou coletivas, conseguindo, assim, (re)significar o sofrimento de forma criativa. Tal atitude espelha o que Dejours (2009) designa de sofrimento criativo.

Essas estratégias parecem estar a revelar-se eficazes, uma vez que apenas 9% dos docentes inquiridos apresentaram elevados níveis de sofrimento. Por outro lado, também se verificou a quase ausência de sintomatologia (física, social e psíquica) associada à atividade profissional que realizam, sendo que neste aspeto e para a amostra analisada, a variável idade não se mostrou relevante, pois a maioria dos docentes inquiridos (68%) encontram-se entre os 31 e os 50 anos de idade. Destaca-se que apenas 2% dos docentes inquiridos revelaram afetação psíquica decorrente das atividades que realizava. Tal resultado é compreensível atendendo a que a parte fundamental do trabalho docente é intelectual (Cassandre, 2011; Mann, 2012; Silva; Mafra, 2014; Vilela, 2010), além de que o impacto da organização do trabalho se dá

no aparelho psíquico e as condições de trabalho afetam o corpo do trabalhador (Azevedo; Lobo, 2013). Sendo assim, pode-se afirmar que o grupo de docentes analisado denota uma fraca organização de trabalho na UOR (pela afetação psíquica moderada em 11% e alta em 2% dos inquiridos), mas não se demonstram afetados pelas condições de trabalho, dada a ausência de elevados sintomas físicos. Outros estudos, como os de Bellusci e Fischer (1999) e de Odebrecht (2003), demonstraram a relação existente entre as condições de trabalho e o envelhecimento funcional.

As vivências de sofrimento no trabalho docente na UOR também surgem relacionadas com a lecionação por turno misto, que acarretam uma extensa jornada de trabalho, elevada carga horária semanal e a docência noutras IES ou o exercício de outras atividades profissionais como complemento de salário devido à precariedade do vínculo, verificada através da contratação a tempo parcial (Santos; Chaves; Guimarães-Losif, 2014) e à denominada “turbo-docência” ou “professores garimpeiros” (Manuel, 2013; Mendes, 2013a; Silva, 2004; Tomás, 2010). Estas situações levam os docentes a experienciarem situações paradoxais de bem-estar/prazer e sofrimento no trabalho (Gradella Júnior, 2010; Mendes, 2007a; Vilela, 2010).

Além das estratégias defensivas mobilizadas, de acordo com a literatura revisada, o reconhecimento é um indicador fundamental para metamorfosear o sofrimento no trabalho em autorrealização e prazer (Areosa, 2013; Dejours, 2009, 2012; Mendes, 2007a) e apenas 5% dos docentes da UOR revelaram deter falta de reconhecimento, enquanto 59% exibiram um nível alto de reconhecimento.

Salienta-se, ainda, que os melhores resultados gerais (em prazer e nos seus indicadores, em sofrimento e nos seus indicadores, e em sintomatologia) encontram-se centrados na nacionalidade angolana. Esta constatação pode dever-se a fatores socioculturais, ou seja, ao fato de os restantes inquiridos desta amostra serem expatriados e, portanto, terem vivências e referências diferenciadas em termos pessoais, sociais e profissionais. Isso indica que para as outras nacionalidades (os expatriados), o impacto do trabalho na sua saúde (e mais especificamente na

saúde psíquica) se faz sentir com maior relevância. Este fato impele à reflexão do fator mobilidade geográfica, assim como à expressão da Geografia do Trabalho. O trabalho além-fronteiras é propiciador de sentimentos e vivências tanto de prazer como de sofrimento (Pena, 2017). As vivências de prazer são possibilitadas pela produção de conhecimento, pelas relações afetivas e reconhecimento profissional, que geram sentimentos de realização (Mendes, 2007b).

Considerações finais

A revisão da literatura permitiu a compreensão sobre os processos de saúde/doença em contexto laboral. Os resultados das escalas aplicadas favoreceram uma análise mais profunda sobre esses processos que se traduziram nas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho. Vimos que as condições de trabalho afetam seletivamente o corpo, o físico do trabalhador, enquanto a organização do trabalho exerce pressão sobre o psiquismo do trabalhador.

Observou-se que 53% dos professores da UOR exibem vivências e sentimentos moderados de prazer no trabalho que realizam, enquanto 41% manifestam vivências ou sentimentos moderados de sofrimento no trabalho, indicando que fazem uso de estratégias defensivas para subverter os efeitos nocivos da sua organização de trabalho. Essas estratégias parecem estar a ser eficazes, pois nenhum docente manifestou altos níveis de sintomatologia física nem social e apenas 2% revelaram afetação psíquica (sendo estes docentes expatriados).

Constatou-se que os principais indicadores de prazer para a amostra estudada são a identificação com as tarefas, a liberdade para falar no trabalho e a solidariedade entre colegas. Apuramos que o sofrimento advém principalmente do estresse e do desgaste que a profissão exige, mas também dos sentimentos de injustiça, de indignação e de insatisfação, além do esgotamento emocional no trabalho.

Verificou-se que a nacionalidade angolana e o género masculino eram os menos afetados pela organização de trabalho, tendo-se encontrado associações positivas entre a nacionalidade e a ausência de sintomas psíquicos, bem como entre a nacionalidade e a liberdade de expressão (indicador associado ao prazer). Tal fato se dá possivelmente

por fatores culturais, a serem explorados, e também devido a fatores de mobilidade geográfica associados ao trabalho, como o desenraizamento social e ambiental e o afastamento do cônjuge, da família, dos filhos e dos amigos.

Para que as ilações retiradas possam ser mais consistentes, temos consciência de que é necessário aumentar o volume da amostra, mas também sabemos que, num período de alguma instabilidade económica e social como o que se vive em Angola, não foi possível obter um maior volume.

Deparamo-nos ao longo do período de recolha bibliográfica e de análise documental com várias dificuldades devido à escassez de documentos oficiais sobre a temática em causa e, ainda, à discrepância ou incongruência entre alguns dados e informações contidas na documentação disponível. Além disso, muitos documentos oficiais carecem de atualização.

O término desta investigação permite-nos abrir um campo de reflexão que deve ser aprofundado, no qual emergem novas perspetivas de análise e de discussão sobre a saúde e sofrimento no trabalho. Assim, fazemos algumas sugestões para trabalhos futuros que possam responder a questões que não foram abordadas ou que surgiram no decurso desta pesquisa.

Sugere-se que futuras investigações sobre esta temática sejam alargadas a outras instituições universitárias, públicas e privadas, para comprovar se atualmente há diferenças entre elas, podendo ser utilizadas outras escalas, nomeadamente, sobre a qualidade de vida no trabalho, a avaliação do contexto de trabalho ou que permitam avaliar os impactos do trabalho na saúde dos trabalhadores. E, ainda, poderiam ser analisados outros indicadores, como a satisfação no trabalho ou o comprometimento organizacional.

Referências

- AMORIM, E. P. A docência na universidade privada: entre o trabalho e o emprego. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 27-46, 2009.
- ANGOLA. Decreto nº 90/09, de 15 de dezembro de 2009. *Conselho de Ministros*, Macau, dez. 2009.
- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Macau: Presidência da República, 2010.

- ANGOLA. Ministério do Ensino Superior. *Políticas públicas de desenvolvimento e de reforma do ensino superior*. Macau, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2zjOyHI>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- AREOSA, J. Comentário ao artigo “A Sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho”:
Christophe Dejours e a Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, Lisboa, v. 33, n. 2, p. 29-41, 2013.
- ATHAYDE, M. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Selma Lancman & Laerte I. Sznelman (organizadores). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, 2004. 346 pp. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 984-990, 2005. Resenha.
- AZEVEDO, A.; LOBO, F. Prazer e sofrimento no trabalho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES, 1., 2012, Braga. *Anais...* Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2013. p. 163-176.
- BELLUSCI, S. M.; FISCHER, F. M. Envelhecimento funcional e condições de trabalho em servidores forenses. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 602-609, 1999.
- CASSANDRE, M. P. A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo. *Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 779-816, 2011.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993.
- DEJOURS, C. *Trabajo y sufrimiento: cuando la injusticia se hace banal*. Madri: Modus Laborandi, 2009.
- DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 3, p. 363-371, 2012.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: ABDOUCHELI, E.; DEJOURS, C.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 119-145.
- DELCOR, N. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-196, 2004.
- FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. *Trabalho e riscos de adoecimento: o caso dos auditores-fiscais da previdência social brasileira*. Brasília, DF: LPA, 2003.
- GASPARINI, S.; BARRETO, S.; ASSUNÇÃO, A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.
- GRADELLA JÚNIOR, O. O sofrimento psíquico e trabalho intelectual. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010.
- KATÚMUA, M. *O ensino superior angolano: políticas, modelos de governança e públicos (estudo na província de Benguela)*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.
- MANN, R. C. *Mobilidade da força de trabalho: os impactos de intensos deslocamentos geográficos sob a ótica de trabalhadores docentes*. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- MANUEL, T. *Cultura(s) organizacional(ais) da universidade: a tomada de decisões para o provimento da carreira docente na Universidade Pública de Angola*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade do Minho, Braga, 2013.
- MAUÉS, O. C. Educação superior e trabalho docente. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2009. p. 85-87.

- MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007a. p. 29-48.
- MENDES, A. M. Novas formas de organização do trabalho: ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: MENDES, A. M. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007b. p. 49-61.
- MENDES, A. M. A clínica da cooperação: contribuições da psicodinâmica do trabalho para as práticas de promoção da saúde nas organizações. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES, 1., 2012, Braga. *Anais...* Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2013. p. 722-729.
- MENDES, M. C. *Avaliação da qualidade e educação superior em Angola: o caso da Universidade Agostinho Neto*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade do Minho, Braga, 2013a.
- MENDES, M. C. Emergência da avaliação institucional no ensino superior em Angola: processos e práticas na Universidade Agostinho Neto. In: CONFERÊNCIA DO FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 2013, Recife. *Anais...* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013b.
- MORALES, Ó.; MARTINS, F.; COSTA, M. Formação e trabalho docente: o caso do ISCED do Huambo. In: ENCONTRO NACIONAL DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. REPENSAR A PROFISSIONALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, 1., 2008, Luanda. *Anais...* Braga: CIED; Luanda: Eduan, 2011. p. 55-59.
- NOGUEIRA, A.; OLIVEIRA, M. Mercantilização e relações de trabalho no ensino superior brasileiro. *Revista de Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 335-364, 2015.
- ODEBRECHT, C. Indicadores de envelhecimento e trabalho humano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Abepro, 2003. p. 1-8.
- OLIVEIRA, R. *A contribuição da psicopatologia do trabalho e da ergonomia no processo saúde-doença*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/2zpeyRZ>>. Acesso em: 22 maio 2017.
- PENA, L. *A saúde, o sofrimento e o trabalho dos professores da Universidade Óscar Ribas em Luanda*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade do Minho, Guimarães, 2017.
- PEREZ, K. V. *“Se eu tirar o trabalho, sobra um cantinho que a gente foi deixando ali”*: Clínica da Psicodinâmica do Trabalho na atividade de docentes no ensino superior privado. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ROCHA, L. S.; CARDOSO, R. C. *Psicodinâmica do trabalho: uma reflexão sobre o sofrimento laboral e os mecanismos de defesa do trabalhador*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Católica de Minas Gerais, Arcos, 2009.
- SANTOS, A.; CHAVES, V.; GUIMARÃES-LOSIF, R. Governança do ensino superior privado: impacto sobre o trabalho docente. In: LOPES, A. et al. (Org.). *Trabalho docente e formação: políticas, práticas e investigação: pontes para a mudança*. Porto: CIIE, 2014. p. 3274-3284.
- SANTOS, G. B. As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 128-133, 2006.
- SILVA, E. A. *O burocrático e o político na administração universitária: continuidades e rupturas na gestão de recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Minho, Braga, 2004.
- SILVA, I.; MAFRA, F. Trabalho docente, trabalho decente ou trabalho doente? Reflexões sobre o trabalho de professores universitários na contemporaneidade. In: ENCONTRO DE ESTUDOS

ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, Gramado. *Anais...* Gramado: ANPAD/EOR, 2014. p. 1-16.

TOMÁS, A. *Angola e a prática do professor universitário, no contexto da pesquisa científica: um tema de reflexão e estudo no ensino superior das universidades angolanas*. Cabinda. 2010. Tese

(Doutorado em Educação e Pedagogia) - Bircham International University, Madri, 2010.

VILELA, E. *Vivências de prazer-sofrimento no trabalho docente: um estudo em uma IES pública de Belo Horizonte, Minas Gerais*. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2010.

Contribuição dos autores

Ambas as autoras conceberam o estudo. Pena foi a autora que mais contribuiu para a redação do artigo, enquanto Remoaldo ajudou na sua estruturação.

Recebido: 05/07/2017

Aprovado: 24/07/2019